

Campinas muda NFS-e para o padrão nacional

Prefeitura apresentou cronograma e orientou contadores sobre os ajustes

Da Redação

A Prefeitura de Campinas, por meio da Secretaria Municipal de Finanças, promoveu uma palestra em parceria com o Sindicato dos Contabilistas de Campinas para apresentar as mudanças na Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e). O objetivo foi orientar profissionais da contabilidade, servidores públicos e representantes de entidades do setor sobre a adequação do sistema municipal ao padrão nacional previsto na Reforma Tributária.

Durante o encontro, a equipe da pasta explicou o cronograma de implantação, as adaptações que serão necessárias nos sistemas e os procedimentos que deverão ser adotados pelas empresas e pelos prestadores de serviço. A proposta é garantir que a transição ocorra de forma organizada, com informações claras sobre as próximas etapas do processo.

DIÁLOGO COM CONTADORES E EMPRESAS

O secretário municipal de Finanças, Aurílio Caiado, afirmou que a aproximação com os profissionais da contabilidade é essencial para uma transição segura. Segundo ele, a implementação do padrão nacional exige planejamento, alinhamento entre a administração pública e os contribuintes, além de espaços de esclarecimento para reduzir dúvidas e evitar problemas operacionais.

O diretor de Receitas Mobiliárias, César Saito, reforçou que as empresas precisam ficar atentas aos prazos e às adequações técnicas exigidas pelo novo modelo. A Secretaria de Finanças informou que permanece à disposição de outros setores que precisem de apoio durante a mudança, com foco em uma implantação eficiente e transparente.

PARTICIPAÇÃO DA CATEGORIA E APOIO INSTITUCIONAL

Para o presidente do Sin-

O evento reuniu profissionais da contabilidade, servidores públicos e representantes de entidades do setor para apresentar as mudanças na Nota Fiscal de Serviços Eletrônica



dicato dos Contabilistas de Campinas, Dagoberto Silvério, a presença expressiva de profissionais no evento mostrou o interesse da categoria em se preparar para as alterações legais e tecnológicas. Ele destacou que a cooperação entre poder público e entidades representativas é fundamental para reduzir impactos sobre contribuintes e profissionais.

O sindicato reafirmou o compromisso com a capacitação permanente da classe contábil e com o fortalecimento do diálogo institucional. Mais informações sobre a reforma tributária estão disponíveis no hotsite da Prefeitura de Campinas, que reu-

ne orientações e atualizações sobre o tema.

EMIÇÃO DE NOTA FISCAL É ETAPA ESSENCIAL

Emitir nota fiscal é uma etapa essencial para qualquer empresa, independentemente do porte ou segmento. Além de garantir que o negócio esteja em conformidade com a legislação, o documento é fundamental para evitar problemas com o Fisco, fechar contratos com segurança e sustentar o crescimento da empresa.

Apesar de fazer parte da rotina de muitos empreendedores, a emissão de notas fiscais ainda gera dúvidas. Isso porque envolve normas

federais, estaduais e municipais, diferentes sistemas de emissão e tipos distintos de documentos fiscais.

Para quem comercializa produtos e também presta serviços, por exemplo, é indispensável compreender as diferenças entre a nota fiscal de produto e a nota fiscal de serviço.

Outro ponto importante é a tributação. Sobre as notas fiscais incidem diversos impostos, calculados conforme a operação realizada e os valores registrados no documento. O recolhimento incorreto ou a falta de pagamento desses tributos pode resultar em multas, autuações e outras complicações para a empresa.

Campinas prorroga programa piloto de teletrabalho

Da Redação

O Programa Piloto de Teletrabalho da Prefeitura de Campinas foi prorrogado por até 12 meses. A medida está prevista no Decreto nº 24.550, publicado no Diário Oficial desta quarta-feira, 23 de julho, e mantém as mesmas regras e procedimentos adotados desde a implantação, em junho de 2023.

Segundo a administração municipal, a decisão busca ampliar a análise sobre os resultados do modelo e reunir dados mais consistentes para orientar futuras definições sobre a política de teletrabalho no município.

AValiação

De acordo com Fábio Custódio, diretor de Apoio à

Gestão e Projetos Integrados (DAGPI), os dados já levantados indicam benefícios para a organização interna e para as condições de trabalho dos servidores que participam do programa. Ainda assim, ele destaca a necessidade de aperfeiçoar os instrumentos e indicadores usados para medir produtividade e impactos na prestação dos serviços públicos.

A prorrogação permitirá consolidar uma base técnica mais robusta para subsidiar decisões futuras sobre a continuidade ou eventual ampliação da modalidade no serviço público municipal.

PRÓXIMOS PASSOS

No início de agosto, a Secretaria deve convocar os gestores das unidades in-



Programa Piloto de Teletrabalho foi prorrogado por até 12 meses

cluídas no teletrabalho para iniciar um processo de reorganização das atividades. Entre os temas que entrarão na pauta estão a revisão dos Termos de Adesão, as formas

de prestação do serviço em teletrabalho, o trabalho por metas, a presença digital e outros mecanismos de acompanhamento. A avaliação final deverá levar em conta, de

forma integrada, os reflexos do teletrabalho para os servidores, para a Administração Pública e para os cidadãos, com foco em eficiência, qualidade do serviço e condições de trabalho. O trabalho evoluiu ao longo da história, acompanhando as transformações da sociedade. Da caça e da coleta na pré-história ao trabalho nas fábricas após as revoluções industriais, as formas de produzir mudaram constantemente. Na atual revolução tecnológica, o teletrabalho ganhou espaço como alternativa ao modelo presencial. Previsto na CLT, ele é realizado fora das dependências da empresa e possui os mesmos direitos e deveres da relação de emprego tradicional, desde que atendidos os requisitos legais.